2º CC-MF

Fl.



Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n^2 : 10120.000509/00-78

Recurso nº : 119.878 Acórdão nº : 203-08.805

Recorrente : J. CÂMARA E IRMÃOS S/A

Recorrida : DRJ em Brasília - DF

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PRELIMINAR DE NULIDADE. Não há que se falar em cerceamento de defesa quando a descrição dos fatos, a capitulação legal e as provas juntadas ao processo permitem a correta compreensão da acusação que é imposta ao sujeito passivo (Acórdão nº 103-19.829).

PIS. SEMESTRALIDADE. A base de cálculo da Contribuição para o PIS, eleita pelo art. 6°, parágrafo único, da LC n° 7/70, permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP n° 1.212/95. Esta base de cálculo não sofre correção monetária no período, de modo a ter-se o faturamento do semestre anterior sem correção monetária.

COMPENSAÇÃO. Compete às DRF efetuar a compensação de tributos nos estritos termos das IN SRF n°s 021 e 073, de 1997. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: J. CÂMARA E IRMÃOS S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos: I) em rejeitar a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa; e II) no mérito, em negar provimento ao recurso. A Conselheira Luciana Pato Peçanha Martins declarou-se impedida de votar.

Sala das Şessões, em 15 de abril de 2003

Otacílio Dantas Cartaxo

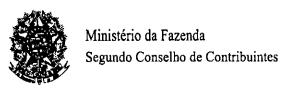
Presidente

Antônio Augusto Borges Torres

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Valmar Fonsêca de Menezes, Mauro Wasilewski, Maria Teresa Martínez López e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo. Imp/cf



Processo nº : 10120.000509/00-78

Recurso nº : 119.878 Acórdão nº : 203-08.805

Recorrente : J. CÂMARA E IRMÃOS S/A

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário (fls. 784/808) interposto contra a Decisão de Primeira Instância de fls. 769/775 que considerou parcialmente procedente o lançamento que exige a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS referente ao período de setembro de 1996 a setembro de 1999.

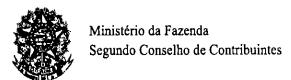
A empresa impugnou a autuação alegando que:

- 1 a fiscalização aumentou indevidamente a base de cálculo, no ano base de 1999, visto que considerou como receita tributável a alienação de ativos permanentes, o que é vedado pelo art. 3°, § 2°, inciso IV, da Lei n° 9.718/98;
- 2 não foram consideradas as compensações referentes aos anos de 1996 e 1997, considerando-se ainda que na correção monetária devem ser incluídos os expurgos inflacionários, além do que o Judiciário reconheceu o direito de compensar os seus créditos;
- 3 a autoridade lançadora, nos anos de 1995 e1996, glosou valores referentes a "Descontos Concedidos", sob a alegação de não "serem descontos incondicionais", isto implica, à toda evidência, cercear o amplo direito de defesa, vez que a impugnante não teve como identificar quais seriam e quando teriam ocorrido esses "descontos", tornando o auto de infração nulo de pleno direito; e
- 4 os valores relativos a "Vendas Canceladas" e "Falhas de Publicidade" também devem ser excluídos da base de cálculo, a qual deve corresponder ao faturamento do sexto mês anterior.

A decisão recorrida manteve parcialmente a autuação com os seguintes argumentos:

- 1 não ocorreu a nulidade do auto de infração, pois não se configuraram as hipóteses do art. 59, incisos I e II, do Decreto nº 70.235/72; e a matéria trazida aos autos como preliminar de nulidade, na realidade, diz respeito ao mérito da autuação;
- 2 os fatos geradores da contribuição estão perfeitamente caracterizados nos autos;
- 3 o art. 6° e seu parágrafo único da LC n° 07/70 já não se aplica, tendo em vista outros atos posteriores à citada Lei Complementar;
- 4 foram excluídas as receitas decorrentes de venda de bens de ativo permanente, referentes aos meses de fevereiro, março, maio, junho e julho de 1999, não sendo as dos meses de janeiro e agosto de 1999, pela simples razão de não terem sido objeto do lançamento;
- 5 a lei faculta excluir da base de cálculo os valores referentes a vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos, ou seja, só os concedidos sem qualquer

Hour



2º CC-MF Fl.

Processo nº

: 10120.000509/00-78

Recurso nº

: 119.878

Acórdão nº

: 203-08.805

condição, razão porque a fiscalização glosou a inclusão dos "Descontos Concedidos" na rubrica "Dedução de Vendas";

6 - foram glosados os valores referentes à rubrica "Falhas de Publicidade", por não se confundirem com vendas canceladas ou descontos incondicionais; e

7 - a compensação só poderá ser efetuada após o contribuinte anexar ao pedido uma cópia do inteiro teor do processo judicial, inclusive a sentença (art. 17 da IN SRF nº 021/97), não sendo da competência da Delegacia de Julgamento apreciar o pedido.

Inconformada a empresa apresenta recurso voluntário para alegar que:

1 - preliminarmente, o auto de infração é nulo por não descrever corretamente os fatos apurados, impedindo a empresa de apresentar a sua defesa, ao deixar de identificar os descontos concedidos, objeto da glosa;

2 - no mérito:

- 2.1 tem o direito de pleitear a restituição/compensação após a publicação da Resolução nº 49/95 pelo Senado Federal, que suspendeu a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal;
- 2.2 a base de cálculo da Contribuição para o PIS é o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, conforme o art. 6º da LC nº 07/70; e
- 2.3 tem direito à correção monetária, na qual devem ser incluídos os expurgos inflacionários e os juros de mora na compensação que pleiteia e cujo direito espera seja reconhecido.

É o relatório.

Processo nº

: 10120.000509/00-78

Recurso nº

: 119.878

Acórdão nº

: 203-08.805

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTÔNIO AUGUSTO BORGES TORRES

O recurso é tempestivo e, tendo preenchido os demais requisitos processuais para sua admissibilidade, dele tomo conhecimento.

PRELIMINAR DE NULIDADE

A recorrente alega que o auto de infração é nulo por não descrever corretamente os fatos apurados, o que a impede de se defender amplamente.

Entretanto, o texto do auto de infração de fl. 25 descreve com perfeita clareza o que foi verificado, o que foi glosado e como foram apurados os valores apontados como devidos, inclusive que o que foi glosado foram os valores da conta "Descontos Concedidos", conta esta existente na contabilidade da própria contribuinte, que devia saber perfeitamente o que estava escriturando.

A recorrente pode exercer o seu direito de defesa com total amplitude, o que demonstra que compreendeu a acusação que lhe foi feita.

Preliminar de nulidade que se rejeita.

DA BASE DE CÁLCULO DO PIS

Com relação ao problema da semestralidade, ou seja, de que o faturamento a ser considerado para a quantificação da obrigação tributária é o do sexto mês anterior ao da ocorrência do respectivo fato imponível, entendo que deve ser aplicada a conclusão a que chegou o Superior Tribunal de Justiça, manifestada no Recurso Especial nº 240.938/RS, publicada no DJ de 15/05/2000, cuja ementa está assim parcialmente reproduzida:

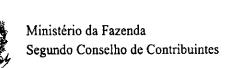
"3 — A base de cálculo da contribuição em comento, eleita pela LC 7/70, art. 6°, parágrafo único ("A contribuição de julho será calculada em base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro, e assim sucessivamente."), permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP 1.212/95, quando, a partir desta, a base de cálculo do PIS passou a ser considerado "o faturamento do mês anterior (art. 2°)."

No julgamento do RESP nº 144.8708-RS a Relatora Ministra Eliana Calmon complementou:

"Na vigência da citada LC, a base de cálculo, tomada no mês, que antecede o semestre, não sofre correção monetária no período, de modo a Ter-se o faturamento do semestre anterior, sem correção monetária." (Boletim Informativo nº 99)

Este, também, é o entendimento da CSRF, expresso no Acórdão CSRF/02-0.871, em Sessão de 05/05/2000, razão pela qual entendo que deve ser considerado como base de cálculo para o PIS o faturamento do sexto mês anterior àquele em que ocorreu o fato gerador, sem correção monetária.

Her



2º CC-MF Fl.

Processo nº

: 10120.000509/00-78

Recurso nº

: 119.878

Acórdão nº : 203-08.805

Entretanto, o primeiro período exigido no auto de infração é o do mês de setembro de 1996, quando já vigoravam as alterações introduzidas pela Medida provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, tendo a IN SRF nº 06, de 19/01/2000, estabelecido que tais alterações se aplicam aos fatos geradores ocorridos após 01 de março de 1996.

DA COMPENSAÇÃO PLEITEADA

O direito à compensação que a contribuinte alega ser detentora há de ser exercitado em processo próprio e em outra instância administrativa, não se prestando como argumento de defesa em processo de lançamento de oficio.

Como bem dito na decisão recorrida:

"... não é na esfera desta Delegacia de Julgamento que se poderá processar a compensação pleiteada, competindo às DRF e às IRF-A, efetuar a compensação, nos estritos termos das Instruções Normativas SRF 021 e 073/1997." (fl. 775)

Ante todo o exposto, voto no sentido de rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2003

ANTÔNIO AUGUSTO BORGES TORRES